

Por Caroline Martin
Especial para *O Papel*

DIVULGAÇÃO MMA



COP 22 DÁ INÍCIO AO PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO DAS METAS ESTIPULADAS NO ACORDO DE PARIS E ABRE ESPAÇO PARA DISCUSSÕES SOBRE MELHORES ESTRATÉGIAS

Após a ratificação do Acordo de Paris por mais de 55 países, em um total que ultrapassa 55% das emissões globais de Gases de Efeito Estufa (GEE), entrou em vigor, em novembro de 2016, um relevante instrumento da Convenção da ONU sobre Mudança do Clima que permite aos países concordantes com o documento começar a cumprir as metas declaradas no âmbito da histórica 21.ª Conferência das Partes sobre Mudança do Clima (COP 21), realizada na França em 2015.

As nações participantes já estavam cientes de que precisarão dedicar esforços à regulamentação, para colocar em prática mudanças e fazer com que as metas definidas sejam de fato atingidas. Em setembro de 2016, o governo brasileiro, por exemplo, depositou o instrumento de ratificação do Acordo. Com o referido depósito, a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) deixou de ser “pretendida” no País, que se comprometeu a reduzir suas emissões de GEE em 37% até 2025, com uma contribuição indicativa de redução de 43% até 2030, ambas tendo como referência o ano de 2005.

Adriano Santhiago de Oliveira, diretor do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), participou da 22.ª Conferência das Partes sobre Mudança do Clima (COP 22), realizada em Marrakech (Marrocos) em novembro último, e faz um balanço positivo sobre as discussões que marcaram o evento. “A COP 22 foi a primeira conferência realizada depois de adotado o Acordo de Paris. O objetivo do en-

contro foi justamente o de dar início à regulamentação, estipulando algumas regras que nortearão os próximos passos. Os resultados foram satisfatórios, principalmente pela rapidez com que o Acordo entrou em vigor e pelos desdobramentos que temos acompanhado”, pontua.

A seguir, Oliveira dá mais detalhes sobre a COP 22, aborda os passos que devem ser dados daqui em diante, discorre sobre os desafios e oportunidades que envolvem a busca global por uma economia de baixo carbono e evidencia o papel do setor de base florestal nesse importante processo de médio e longo prazos.

O Papel – Como foi a COP 22 e a quais objetivos ela se propunha?

Adriano Santhiago de Oliveira, diretor do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) – A COP 22 foi uma conferência especialmente voltada para o início da regulamentação do Acordo de Paris, que entrou em vigor no dia 4 de novembro de 2016, depois de ter atendido a dois critérios previamente estipulados: obter a ratificação de pelo menos 55 partes da convenção e verificar se a soma dessas ratificações representava 55% das emissões globais de GEE. O Acordo de Paris entrou em vigor bem rapidamente, considerando que foi aceito na COP 21, em 2015. Se tomarmos o Protocolo de Kyoto como exemplo, veremos que demorou oito anos. Essa comparação mostra o engajamento atual da comunidade mundial em relação ao combate à mudança do clima. O encontro de Marrakech, portanto, teve o intuito de dar continuidade a esse processo que vem se desenrolando de forma rápida, estipulando algumas regras para dar início à regulamentação do Acordo de Paris. Vale destacar que o Brasil foi um dos defensores da ideia de que não apenas os países que ratificaram o Acordo participassem das discussões que pautaram a COP 22. Como foi um processo muito veloz, alguns países que ainda não ratificaram o documento podem ter a intenção de fazê-lo. Ampliar a participação a todas as nações permitiria abertura de diálogo e reforçaria o pedido para que assinassem com urgência.

O Papel – Tais objetivos foram alcançados? O que deve acontecer daqui em diante?

Oliveira – Os primeiros passos colocados na COP 22 para encaminhar a relação de regulamentação foram satisfatórios. A definição das regras em si leva tempo,

e alguns itens tendem a caminhar mais rápido do que outros. Há pontos da agenda, por exemplo, com mandatos específicos para fechar regras até 2018 pelo menos. De qualquer forma, para a próxima conferência – a ser realizada em novembro deste ano, com presidência das Ilhas Fiji e realização na Alemanha – está prevista uma avaliação do progresso alcançado ao longo de 2017. Essa avaliação será feita pela Conferência das Partes da Convenção e pela Reunião das Partes do Acordo de Paris. O importante é que os primeiros passos já estão sendo dados quanto à regulamentação e implementação do Acordo.

O Papel – Como o senhor avalia as metas brasileiras ratificadas no Acordo de Paris?

Oliveira – A chamada Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), proposta feita pelo Brasil para redução de emissões de GEE, entre outras ações relevantes, é bastante ambiciosa – a ponto de ter sido considerada uma das mais ambiciosas do mundo, já que fomos um dos poucos países em desenvolvimento a apresentar uma redução absoluta de GEE. Isso significa que, em termos de modalidade de redução de emissões, nossa NDC se aproxima muito daquelas assumidas por países desenvolvidos. O Brasil se comprometeu a reduzir 37% das emissões de GEE até 2025 com base comparativa de 2005 e contribuição indicativa de aumentar essa redução para 43% até 2030, também com base em 2005. Esses valores já mostram a ambição, que também caracteriza as iniciativas apontadas na NDC.

O Papel – Nesse processo, qual será o papel do setor de base florestal?

Oliveira – O setor florestal será muito importante para o alcance das metas, principalmente no que diz respeito à restauração e ao reflorestamento. É importante frisar que se trata de duas coisas distintas, mas igualmente necessárias: restauração, usando espécies nativas, e reflorestamento para fins comerciais. O objetivo é restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares até 2030. Trata-se de um desafio bastante grande, mas contamos com uma participação forte do setor privado. A Coalizão Clima, Florestas e Agricultura, que envolve diversas partes do setor privado, associações e ONGs, foi muito decisiva nas propostas para elaboração da NDC. Esse diálogo, portanto, já vem acontecendo, mas tende a se fortalecer ainda mais. Esperamos nos aproximar bastan-

Oliveira: “Com a NDC, o governo brasileiro está enxergando uma oportunidade de aumentar a participação de restauração e reflorestamento na economia”

Além dos 12 milhões de hectares de restauração e reflorestamento, temos o objetivo de recuperar 15 milhões de hectares de pastagens degradadas e promover mais de 5 milhões de hectares de integração lavoura-pecuária-floresta até 2030

te da Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel (ABTCP) e da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), além de outras representações, neste processo desafiante de reflorestamento e restauração.

O Papel – Quais estratégias deverão ser colocadas em prática para se atingir as metas?

Oliveira – Como o próprio nome sugere, a NDC é nacionalmente determinada e terá de ser cumprida não apenas por parte do governo, que considera a participação de toda a sociedade – incluindo o apoio de universidades, ONGs e setor privado. Da parte que compete ao governo, o que está sendo traçado para 2017, especialmente durante o primeiro semestre, é a promoção de alguns diálogos estruturados, com o apoio do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Os setores da sociedade deverão participar para traçarmos as estratégias de implementação da contribuição. Em paralelo, há várias iniciativas já em curso, como, por exemplo, a realização da quarta fase do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e da terceira etapa do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas do Cerrado (PPCerrado), cujo lançamento ocorreu em dezembro último. Independentemente das ações que já temos em linha, achamos importante retomar o diálogo com a sociedade para pensar em uma estratégia de implementação de forma conjunta. Ao longo do primeiro semestre deste ano, portanto, iremos recolher propostas de diversos setores para, assim, termos uma proposta finalizada.

O Papel – O senhor vislumbra oportunidades no processo para o alcance dessas metas?

Oliveira – Temos discutido, no âmbito da Convenção, sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável, um instrumento de mercado. Esse mecanismo será baseado no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, colocado em prática no âmbito do Protocolo de Kyoto. Embora haja muita negociação pela frente nesse processo de regulamentação, na visão do governo brasileiro o Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável é tão efetivo quanto o de Desenvolvimento Limpo, que resultou em uma significativa redução das emissões de GEE. A ideia é de que seja um mecanismo de compensação de emissões. O setor privado terá forte envolvimento nesse processo, pois os projetos apresentados para redução de emissões de GEE irão gerar os popularmente

conhecidos “créditos de carbono”. Certamente isso trará boas oportunidades mais adiante. Outra oportunidade que deve despontar brevemente está relacionada à busca por mecanismos criativos de financiamento para essas atividades. Estamos dando início ao diálogo com o setor financeiro e os Ministérios da Fazenda, do Planejamento e de Relações Exteriores para buscar formas inovadoras de fazer isso. A crise econômica que vivemos circunstancialmente pode parecer desanimadora, mas gostaria de frisar que a mudança do clima é um fenômeno de médio e longo prazos. Estamos falando de contribuições para 2025, 2030. Nesse futuro, esperamos que o País já tenha voltado a crescer e que o cenário econômico esteja melhor. O crescimento populacional previsto para os próximos anos de fato reflete um desafio para o crescimento sustentável, mas há também inúmeras oportunidades.

O Papel – Especificamente em relação ao setor de base florestal, o senhor acredita que há mais oportunidades do que desafios nessas mudanças em prol do clima?

Oliveira – Oportunidades e desafios são conjugados de maneira muito forte, mas talvez as oportunidades sejam, sim, maiores. Entre os desafios do setor florestal, está a obtenção de investimentos prévios para atividades de ciclos relativamente longos, como as que envolvem a cultura de pinus e eucalipto, que levam de sete a dez anos para serem colhidos. Por outro lado, as novas frentes que vêm sendo abertas – que incluem pagamento por resultados, estímulos ao desenvolvimento de tecnologias inovadoras e incentivo à participação da energia renovável no balanço energético do País – agregam mais valor às florestas comerciais. No que compete ao governo, é preciso trazer essas atividades sustentáveis das florestas para o nosso PIB. Hoje, a participação do reflorestamento no PIB está muito aquém de seu potencial. Com a NDC, o governo brasileiro está enxergando uma oportunidade de aumentar a participação de restauração e reflorestamento na economia. Além dos 12 milhões de hectares de restauração e reflorestamento, temos o objetivo de recuperar 15 milhões de hectares de pastagens degradadas e promover mais de 5 milhões de hectares de integração lavoura-pecuária-floresta até 2030. O papel dessas atividades sustentáveis será premente para o cumprimento das metas que o País listou para até 2030. Apesar de serem metas de longo prazo, precisamos partir já para a implementação. Chegou o momento de colocar a NDC em prática. ■